

STJ00113889

CARLOS ALBERTO GARCETE

HOMICÍDIO

ASPECTOS PENAIS, PROCESSUAIS
PENAI, TRIBUNAL DO JÚRI E
FEMINICÍDIO

2ª EDIÇÃO
REVISTA, ATUALIZADA
E AMPLIADA
.....



THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Diego Garcia Mendonça, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Mariane Cordeiro e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Garcete, Carlos Alberto
Homicídio : aspectos penais, processuais penais, tribunal do júri e
feminicídio / Carlos Alberto Garcete. 2. ed. rev. atual e ampl. -- São Paulo
Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-454-8

Homicídio 2. Processo penal 3. Tribunal do júri 4. Violência contra
as mulheres I. Título.

21-93010

CDU-345.8105

Índices para catálogo sistemático:

1. Homicídio : Direito penal 345.8105

Cibele Maria Dias - Bibliotecária CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO	9

PARTE I PARTE GERAL E ESPECIAL

1. ASPECTOS PENAIS.....	25
Introito.....	25
2. EVOLUÇÃO E ESCOLAS DO DIREITO PENAL.....	29
2.1 Escolas penais.....	34
2.2 Escola clássica penal.....	34
2.3 Escola criminal positiva.....	36
2.4 Terza Escola.....	38
2.5 Escola neoclássica	38
2.6 Escola Correccionalista.....	38
2.7 Teoria da defesa social.....	39
2.8 Escola de Frankfurt	39
2.9 Direito penal no Brasil	40
3. TEORIAS PENAIS SOBRE CONDUTA	43
3.1 Introdução.....	43
3.2 Conduta humana.....	44
3.3 Principais teorias do direito penal sobre a conduta.....	45
3.3.1 Teoria natural ou causal da ação.....	45
3.3.2 Teoria neoclássica de conduta ou causal-neokantiano.....	48
3.3.3 Teoria finalista da ação	49
3.3.4 Teoria constitucionalista	51

4.	HOMICÍDIO DOLOSO	55
4.1	Origem	55
4.2	Direito penal na história brasileira	57
4.3	Atualidade	58
4.4	Natureza jurídica do crime de homicídio doloso	60
4.5	Homicídio simples.....	60
4.5.1	Introdução à estrutura do crime.....	60
4.5.2	Classificação do delito de homicídio doloso.....	62
4.5.2.1	Título do crime.....	62
4.5.2.2	Objeto jurídico	63
4.5.2.3	Estrutura do tipo penal.....	64
4.5.2.4	Sujeitos do delito.....	64
4.5.2.5	Elemento subjetivo do tipo.....	65
4.5.2.6	Espécie de ação penal	66
4.6	Classificação.....	66
4.7	Sanção penal.....	68
4.8	Direito comparado.....	72
4.9	Tipos de dolo	74
4.9.1	Dolo direto	74
4.9.2	Dolo indireto	75
4.9.3	Exigência de dolo nas qualificadoras do crime de homicídio doloso	75
4.9.3.1	Dos crimes comissivos dolosos.....	76
4.9.3.2	Dolo nas qualificadoras	77
4.9.3.3	Aspectos processuais referentes às qualificadoras do crime de homicídio doloso	78
4.9.3.4	Conclusão	80
4.9.4	Dolo eventual.....	81
4.9.5	Dolo eventual e incompatibilidade com qualificadoras	86
4.10	Legítima defesa.....	88
4.10.1	Legítima defesa em homicídio doloso	88
4.10.2	Elementos da legítima defesa.....	90
4.10.3	Sobre a agressão.....	90
4.10.4	Sobre a reação do agente.....	91
4.10.5	Sobre a vontade do agente	91
4.10.6	Ânimo de defesa	91
4.10.7	Agressão injusta	92

4.10.8	Agressão atual ou iminente	92
4.10.9	Violação de direito seu ou de outrem	93
4.10.10	Utilização de meios necessários	93
4.10.11	Moderação e o excesso na legítima defesa	94
4.10.12	Legítima defesa especial do agente de segurança pública	97
4.10.12.1	Negociação policial e gerenciamento de crises	98
4.10.13	Legítima defesa putativa	99
4.10.14	Legítima defesa putativa é erro de tipo ou erro de proibição? ..	100
4.10.15	Observações práticas sobre legítima defesa putativa	103
4.10.16	Legítima defesa da honra em feminicídio	103
4.10.16.1	Introdução	103
4.10.16.2	Caso Doca Street (1979)	104
4.10.16.3	Contexto atual de legítima defesa da honra em feminicídio	106
4.10.16.3.1	Caso Nova Era (2017)	107
4.10.16.4	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779/DF	107
5.	HOMICÍDIO PRIVILEGIADO	113
5.1	Homicídio privilegiado (<i>homicidium privilegiatum</i>)	113
5.2	Natureza jurídica	114
5.3	Relevante valor social	114
5.4	Relevante valor moral	115
5.5	Domínio de violenta emoção (homicídio emocional)	115
5.6	Formas de motivação nos casos de homicídio privilegiado	119
6.	HOMICÍDIO QUALIFICADO	121
6.1	Introito	121
6.2	Qualificadoras (Código Penal, artigo 121, § 2º)	126
6.2.1	Qualificadoras subjetivas de motivo (paga, promessa de recompensa, torpe, fútil)	126
6.2.1.1	Mediante paga	126
6.2.1.2	Mediante promessa de recompensa	127
6.2.1.3	Motivo torpe	128
6.2.1.4	Motivo fútil	129
6.2.2	Qualificadoras objetivas de meio (veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel)	134
6.2.2.1	Veneno	135
6.2.2.2	Fogo	136

6.2.2.3	Explosivo	136
6.2.2.4	Asfixia	137
6.2.2.5	Tortura.....	138
6.2.2.6	Crueldade	140
6.2.2.7	Perigo comum	141
6.2.3	Qualificadoras objetivas de modo (traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima)	142
6.2.3.1	Traição.....	142
6.2.3.2	Emboscada	142
6.2.3.3	Dissimulação	143
6.2.3.4	Recurso que impossibilita ou dificulta a defesa da vítima.....	143
6.2.3.4.1	Atingir a vítima nas costas e pelas costas.....	144
6.2.4	Qualificadoras de finalidade (assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime)	146
6.2.4.1	Assegurar execução de outro crime	146
6.2.4.2	Assegurar ocultação de outro crime.....	147
6.2.4.3	Assegurar a impunidade de outro crime	147
6.2.4.4	Assegurar a vantagem de outro crime	147
6.2.5	Qualificadora funcional (agentes de forças públicas)	148
6.2.6	Qualificadora etária (Código Penal, artigo 121, § 4º, parte final)	149
6.2.7	Qualificadora do emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido	149
7.	FEMINICÍDIO	153
7.1	Violência contra a mulher: uma quebra de paradigma	153
7.2	Violência institucional contra a mulher	158
7.3	O feminicídio.....	159
7.4	Espécies de feminicídio	160
7.5	Feminicídio doméstico ou familiar (uxoricídio).....	161
7.6	Feminicídio misógino (não íntimo)	165
7.7	Indenização da vítima de violência doméstica	166
7.8	Causas de aumento do feminicídio (Código Penal, artigo 121, § 7º)	169
7.8.1	Vítima gestante ou em pós-parto (Código Penal, artigo 121, § 7º, I).....	170

7.8.2	Vítima menor de 14 anos de idade, idosa com deficiência (Código Penal, artigo 121, § 7º, II)	170
7.8.3	Napresençadedescendenteoudeascendentedavítima(Código Penal, artigo 121, § 7º, III).....	170
7.9	Descumprimento de medidas protetivas de urgência (Código Penal, artigo 121, § 7º, IV).....	171
7.10	Compatibilidade da qualificadora do feminicídio com as qualificadoras de motivo.....	172
7.11	Matar a mulher por condição de gênero é mesmo qualificadora?.....	173
7.12	Crime (autônomo) de feminicídio.....	179
7.12.1	Introdução	179
7.13	Crime de perseguição (<i>stalking/criminal harassment/Atti persecutori</i>) ...	183
7.13.1	Criminalização global	183
7.13.2	Tutela jurídica	191
7.13.3	Sujeitos do delito.....	191
7.13.4	Elementos do tipo penal.....	191
7.13.4.1	Elemento objetivo	191
7.13.4.2	Elemento normativo.....	191
7.13.4.3	Elemento subjetivo.....	192
7.13.5	Consumação	193
7.13.6	Ação penal e pena.....	193
7.14	Crime de violência psicológica contra a mulher	195
7.14.1	Introdução	195
7.14.2	Título do crime.....	196
7.14.3	Tutela jurídica e qualificação doutrinária	196
7.14.4	Sujeitos do delito.....	197
7.14.5	Elementos do tipo penal.....	197
7.14.5.1	Elemento objetivo	197
7.14.5.2	Elemento subjetivo.....	197
7.14.6	Consumação	198
7.14.7	Ação penal e pena.....	198
8.	MILÍCIA PRIVADA (CÓDIGO PENAL, ARTIGO 121, § 6º)	199
9.	ASPECTOS PROCESSUAIS REFERENTES ÀS QUALIFICADORAS DO CRIME DE HOMICÍDIO DOLOSO	201
10.	HOMICÍDIO PRIVILEGIADO-QUALIFICADO	205

11. CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO.....	207
11.1 Delito de <i>racha qualificado</i> . Artigo 308, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro. Antinomia (aparente)	211
11.2 Reforma legislativa incluída pela Lei Federal n. 13.546/2017	214
12. CRIME DE HOMICÍDIO PRATICADO CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, A ORDEM POLÍTICA E SOCIAL.....	217
13. CRIME DE HOMICÍDIO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.....	221
13.1 Associação criminosa	221
13.2 Surgimento das organizações criminosas.....	222
13.2.1 Organizações criminosas na Itália	223
13.2.2 Organizações criminosas no Brasil	225
13.3 Legislação brasileira sobre organizações criminosas.....	225
13.4 Facções criminosas no Brasil	227
13.5 Facções criminosas são associações ou organizações criminosas?	228
13.6 Homicídio doloso e crime conexo de organização criminosa.....	229
13.7 Colaboração premiada no tribunal do júri	230

PARTE II

ASPECTOS PROCESSUAIS PENAIS DO TRIBUNAL DO JÚRI

14. BREVE HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	235
15. A INFLUÊNCIA DA LÓGICA (JURÍDICA) NO TRIBUNAL DO JÚRI	249
16. PROCEDIMENTO ATUAL DO TRIBUNAL DO JÚRI	261
16.1 Fase de investigação preliminar. Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime)...	262
16.1.1 Adaptação cultural ao modelo acusatório: agentes públicos não podem acumular atividades estatais na persecução criminal ...	262
16.1.2 Investigação defensiva restritiva no direito brasileiro	264
16.1.3 Cadeia de custódia	265
16.1.4 Prazo de conclusão do inquérito policial e arquivamento.....	266
16.1.5 Juiz de garantias	267
16.1.5.1 Origem do juiz de garantias no sistema brasileiro....	267
16.1.5.2 Natureza jurídica do juiz de garantias.....	270
16.1.5.3 Competência	271
16.1.6 Imprestabilidade dos elementos de investigação para a futura ação penal	274

16.1.7	Impedimento do juiz de garantias para funcionar no processo penal	278
16.1.8	É da melhor técnica processual o juiz de garantias ter competência para receber denúncia?	279
16.1.9	Os estudos de Bernd Shünemann e o efeito perseverança.....	280
16.1.10	O juiz que oficia em fase de investigação criminal pode ser o mesmo da fase da instrução e julgamento? A estética da imparcialidade.....	281
16.1.11	Modelos de atuação judiciária no direito comparado	283
16.1.12	Adaptação do juiz garantias ao sistema judicial brasileiro	286
16.1.13	Varas colegiadas	293
16.2	Natureza jurídica do processo penal.....	293
16.3	Rito especial do tribunal de júri	297
16.4	Fase de recebimento da denúncia	300
16.5	Fase de citação	301
16.5.1	Citação pessoal.....	301
16.5.2	Citação por edital	302
16.5.3	Termo inicial da suspensão de prazo prescricional na citação por edital	303
16.5.4	Recontagem da suspensão de prazo prescricional do art. 366 do CPP com o advento de sentença condenatória.....	304
16.5.5	Produção antecipada de provas	304
16.5.6	Citação por hora certa	306
16.6	Fase de resposta escrita.....	306
16.6.1	Pode haver absolvição sumária?	308
16.7	Fase de instrução preliminar do tribunal de júri	308
16.7.1	Adaptação da instrução ao modelo acusatório	308
16.7.2	Ofendido e testemunhas.....	309
16.7.3	Interrogatório.....	311
16.7.4	Alegações finais.....	321
16.7.5	Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária.....	323
16.7.5.1	Pronúncia.....	323
16.7.5.1.1	<i>Standard</i> probatório da pronúncia....	323
16.7.5.1.2	A pronúncia pode conter fundamentação baseada exclusivamente no que se produz em investigação preliminar?	327

16.7.5.1.3	Exigência de provas das qualificadoras.....	327
16.7.5.1.4	Valoração de animus necandi na pronúncia	328
16.7.5.1.5	Imprestabilidade de standard probatório americano ao modelo brasileiro de júri.....	330
16.7.5.1.6	Limites de fundamentação da decisão de pronúncia: equilíbrio entre a suficiência de motivação e a eloquência acusatória	332
16.7.5.1.7	Pronúncia e crimes conexos.....	333
16.7.5.1.8	Pronúncia: qualificadoras e causas de aumento	335
16.7.5.1.9	Pronúncia e prisão preventiva.....	335
16.7.5.1.10	Pronúncia e falácia do in dubio pro societate.....	336
16.7.5.1.11	Homicídio e porte ilegal de arma de fogo. Consunção?	336
16.7.5.1.12	Homicídio e porte ilegal de arma de fogo. Consunção?	345
16.7.5.2	Impronúncia.....	347
16.7.5.3	Absolvição sumária	351
16.7.5.4	Ampliação subjetiva de relação jurídico-processual	356
16.7.5.5	Emendatio libelli	357
16.7.6	Desclassificação.....	359
16.8	Fase do <i>iudicium causae</i>	362
16.8.1	Desaforamento	366
16.8.2	Jurados – organização da pauta	369
16.8.2.1	● organização da pauta	381
16.8.2.2	Da reunião e das sessões do tribunal do júri.....	384
16.8.2.3	Ausência de membro do Ministério Público	387
16.8.2.4	Ausência de defensor do acusado	388
16.8.2.5	Ausência do acusado	388
16.8.2.6	Ausência de testemunhas ou vítima arroladas	389
16.9	Fase de instrução plenária	395
16.9.1	Fase inicial da instrução plenária: leitura de peças	397
16.9.2	●itiva de pessoas no júri e sistema de perguntas diretas (<i>direct examination</i>).....	398

16.9.3	Respeito à dignidade de testemunhas e vítima durante a instrução (Lei n. 14.245/2021).....	401
16.9.4	Falso testemunho em sessão de júri.....	406
16.9.5	Pode a testemunha permanecer em silêncio?	407
16.9.6	Existe perjúrio no Brasil?	407
16.9.7	Interrogatório em plenário do júri	408
16.10	Fase de debates	409
16.11	Fase de julgamento	421
16.11.1	Providências iniciais.....	421
16.11.2	A quesitação no tribunal do júri	422
16.11.2.1	Explicações sobre a quesitação e o momento de impugnar.....	428
16.11.2.2	Votação do questionário	429
16.11.2.3	Votação e crimes conexos	433
16.11.2.4	Votação e excesso culposos em legítima defesa	435
16.11.2.5	Postura do juiz presidente durante a votação	435
16.11.3	Da sentença	437
16.11.3.1	Estrutura da sentença	439
16.11.3.2	Decisão desclassificatória	439
16.11.3.3	Vedação de jurados decidirem sobre crime desclassificado	440
16.11.3.4	Reconhecimento de agravantes e atenuantes	442
16.11.3.5	Reparação de danos	442
16.11.3.6	Dosimetria da pena e concurso de crimes	442
16.11.3.7	Sentença e execução provisória	444
16.12	Atribuições do presidente do tribunal do júri	447
16.12.1	Postura segura na condução dos trabalhos	448
16.12.2	Aparte consentido e regulamentado	450
16.12.3	Demais atribuições e competências do juiz presidente	451
16.12.4	Abandono de plenário	451
17.	COLABORAÇÃO PREMIADA NO TRIBUNAL DO JÚRI	457
17.1	Acordo de colaboração premiada após a denúncia (fase judicial ou intercorrente)	458
17.2	Acordo de colaboração em fase anterior à denúncia (fase investigativa)...	458
17.3	Acordo de colaboração após a sentença (colaboração tardia).....	459

18.	RECURSOS NO TRIBUNAL DO JÚRI	461
18.1	Recurso na perspectiva de processo penal convencional e constitucional	461
18.2	Natureza jurídica dos recursos	463
18.3	Princípios aplicáveis aos recursos	464
18.4	Admissibilidade dos recursos	466
18.4.1	Pressupostos extrínsecos	466
18.4.2	Pressupostos intrínsecos	467
18.5	Efeitos dos recursos	467
18.5.1	Devolutivo	468
18.5.2	Translativo	468
18.5.3	Expansivo	468
18.5.4	Regressivo	469
18.5.5	Diferido	469
18.5.6	Suspensivo	469
18.5.7	Obstativo	470
18.5.8	Substitutivo	470
18.6	Introdução do <i>distinguishing</i> no sistema brasileiro	471
18.7	<i>Distinguishing</i> e <i>overruling</i> em prisões preventivas	473
18.8	Recursos no tribunal do júri	474
18.8.1	Recursos em espécie no rito especial do tribunal do júri	476
18.8.1.1	Denúncia	476
18.8.1.2	Pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação	476
18.8.2	Decisões no plenário do tribunal do júri	477
18.8.2.1	Apelação	477
18.8.2.2	Caso em que o tribunal deve anular a decisão do tribunal do júri	478
18.8.2.3	Julgamento manifestamente contrário à prova dos autos	479
18.8.2.4	Execução imediata da sentença no tribunal do júri	484
18.8.2.5	Embargos de declaração	485
18.8.2.6	Carta testemunhal	485
18.8.2.7	Embargos infringentes e de nulidade	486
18.8.2.8	Recursos excepcionais	486

PARTE III
GENOCÍDIO – CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

19. GENOCÍDIO.....	491
19.1 Bem jurídico protegido.....	491
19.2 Origem.....	491
19.3 Crime de genocídio.....	492
19.3.1 Sujeito ativo.....	494
19.3.2 Sujeito passivo.....	494
19.3.3 Elemento subjetivo do tipo.....	494
19.3.3.1 Sanção Penal.....	495
19.3.3.2 Precedente do Supremo Tribunal Federal.....	495
20. CRIMES CONTRA A HUMANIDADE.....	497
20.1 História do Estado de Roma.....	497
20.2 Os crimes contra a humanidade.....	499
20.3 Competência.....	501
20.4 Sujeitos do crime.....	501
20.5 Elemento subjetivo do tipo.....	501
20.6 Sanção penal.....	503

PARTE IV
QUESTIONÁRIOS SOBRE HOMICÍDIO - TRIBUNAL DO JÚRI

QUESITOS DA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL.....	507
Erro sobre a pessoa – <i>error in persona</i> (CP, art. 20, § 3º).....	507
Inimputabilidade (CP, art. 26).....	507
Semi-imputabilidade (CP, art. 26, parágrafo único).....	509
Quesitos da parte especial do Código Penal.....	510
Homicídio doloso – concurso de pessoas (CP, art. 29) – Mandante.....	510
Homicídio doloso – concurso de pessoas (CP, art. 29) – Partícipe.....	510
Homicídio doloso – concurso de pessoas – partícipe – participação de menor importância (CP, art. 29, § 1º).....	511
Homicídio doloso – partícipe – cooperação dolosamente distinta (CP, art. 29, § 2º).....	512
Erro de execução – <i>aberratio ictus</i> (CP, art. 73).....	513
Com resultado duplo (CP, art. 73, <i>In fine</i>).....	514

Homicídio tentado	515
Homicídio consumado	518
Homicídio doloso com tese de legítima defesa reconhecida e sustentação de excesso culposo	521
Homicídio privilegiado (CP, art. 121, § 1º).....	522
Qualificadoras (CP, art. 121, § 2º)	524
Qualificadoras de motivo (paga, promessa de recompensa, torpe, fútil)	524
Qualificadoras de meio (veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel)	526
Qualificadoras de modo (traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima)	532
Qualificadoras de finalidade (assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime)	534
Feminicídio – causas de aumento (CP, art. 121, § 7º)	538
Crimes conexos	545
REFERÊNCIAS	561